

Inclusão, representação e pluralidade: uma proposta da Rede de Pessoas Educadoras em Museus de Goiás (REM-Goiás)

Giovanna Silveira Santos,* Karlla Kamylla Passos dos Santos,* Leonardo Tavares Alencar,* Marina Neiva de Oliveira,* Milena de Souza,* Natália Dutra Costa e* Wynne Borges Carneiro*

Recebido em: 17/09/2022

Aprovado em: 02/12/2022

Resumo

O presente texto tem o objetivo de compartilhar o processo de mudança de nome da Rede de Educadores em Museus (REM-Goiás) para Rede de Pessoas Educadoras em Museus de Goiás. Na busca de uma maior inclusão desde a nomenclatura até as ações e reflexões, não só da REM-Goiás, mas também da Educação Museal, entendendo que esse debate ainda é incipiente no campo. A partir de uma construção de texto coletiva, fazemos uma reflexão para uma mirada museal feminista, antirracista e decolonial, passando por um olhar sobre os museus como arquétipo de poder e como todas as questões se interseccionam com a Educação Museal e suas discussões necessárias.

* SANTOS, Giovanna Silveira. Graduada em Museologia, mestranda e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Coordenadora de Estudos e Articulação da REM-Goiás (2019-2020) e da Coordenação de Comunicação (2020-2021). Desenvolve pesquisa nas áreas de Antropologia, Museologia Comunitária e Social, com interesse nos seguintes temas: Movimento Hip Hop; periferias; memórias; narrativas; contranarrativas e patrimônios, em diálogo com os marcadores sociais das diferenças. E-mail: santosgiovannasilveira@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3101-5507>.

* PASSOS DOS SANTOS, Karlla Kamylla. Doutoranda em Museologia/ULHT; mestre em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde/Fiocruz; graduada em Museologia/UFG. Está como professora (substituta) no curso de Museologia/UFG. E na gestão atual da REM-Goiás, na articulação entre a graduação em Museologia e a Rede, a partir da coordenação do projeto de extensão. Desenvolve pesquisa nas áreas de Educação Museal e Museologia Social, com interesse nos seguintes temas: estudos de público, atuação como educadora e outros, em diálogo com os marcadores sociais das diferenças, interseccionados com um olhar decolonial. E-mail: kamylla.passos@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3101-5507>.

* ALENCAR, Leonardo Tavares. É graduado em Museologia pela Universidade Federal de Goiás. Coordenador Geral da REM-Goiás (2021-2022). Desenvolve pesquisas sobre museologia, gênero, sexualidade e masculinidade. E-mail: alencarleonardotavares@gmail.com. <https://orcid.org.br/0000-0002-3390-9136>.

* OLIVEIRA, Marina Neiva de. Graduada em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora de Estudos e Articulação da REM-Goiás (2021-2022). Desenvolve pesquisa na área de arqueologia e antropologia com interesse nos seguintes temas: narrativas, patrimônio cultural, memórias, marcadores sociais da diferença e diáspora negra. E-mail: maneivaoliveira@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6569-9583>.

* SOUZA, Milena de. Bacharel em Museologia e mestranda em Sociologia, ambos pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora de Estudos e Articulação da REM-Goiás (2017-2018), membro suplente da gestão 2020-2021, pesquisadora de gênero e direito à cidade. E-mail: milenamuseologia@gmail.com.

* DUTRA, Natália Costa. Licenciada em História e especialista em Literatura, ambas pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora de Estudos e Articulação da REM-Goiás (2019-2020), Coordenadora Geral na gestão 2020-2021. Pesquisadora de História, Literatura, Ensino de História, Museus e Cultura Material. Professora da rede particular de educação. E-mail: ndutracosta@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4912-7988>.

* CARNEIRO, Wynne Borges. Graduada em Comunicação Social-Jornalismo e mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora de Comunicação da REM-Goiás (2021-2022). Desenvolve pesquisa na área de Antropologia, com interesse na intersecção entre as relações étnico-raciais, patrimônio cultural, museus e memória. Atualmente trabalha com educação para o patrimônio. E-mail: wynnecarneiro@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7481-3993>.

Palavras-chave

Educação Museal; Gênero; Inclusão; Decolonialidade; Interseccionalidade.

Abstract

The present text has the objective of sharing the process of changing the name of the Rede de Educadores em Museus (REM-Goiás) to Rede de Pessoas Educadoras em Museus de Goiás. In the search for a greater inclusion, from the nomenclature to the actions and reflections, not only of REM-Goiás, but also of Museum Education, understanding that this debate is still incipient in the field. From the construction of a collective text, we reflect on a feminist, anti-racist and decolonial museal viewpoint through a look at museums as an archetype of power and how all issues intersect with Museum Education and its necessary discussions.

Keywords

Museum Education; Gender; Inclusion; Decoloniality; Intersectionality.

Introdução

A Rede de Pessoas Educadoras em Museus de Goiás (REM-Goiás) surgiu como Rede de Educadores (!)¹ em Museus de Goiás, no ano de 2010, vinculada ao curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG). Para Manuelina Cândido,² membra fundadora da REM-Goiás e da REM-CE, as redes são formadas por alguns elementos básicos,

(...) os *pontos* ou *nós*, que são normalmente elementos da mesma natureza (instituições ou pessoas, por exemplo); as relações entre esses pontos, que podem ser representadas por linhas unindo os nós, a própria arquitetura que a rede configura, e os fluxos dentro dela.

Ainda de acordo com a autora, as REMs têm como *pontos*, pessoas e instituições que têm afinidade com o tema da Educação Museal. Assim, as REMs constituiriam redes para o compartilhamento de experiências e de boas práticas na área, o fortalecimento dos profissionais da educação em museus, além do compartilhamento dos desafios e a busca de soluções para superar estas barreiras.³

O Brasil tem redes em todas as regiões do país e em vários estados, a primeira delas foi a REM do Rio de Janeiro. Embora a maior parte das redes que existam atualmente compartilhem a denominação “rede de educadores em museus”, observamos exceções

¹ A pontuação “(!)” é uma escolha para ressaltar o masculino “neutro” usado nas nomenclaturas das redes, não só da REM-Goiás.

² CÂNDIDO, Manuelina. “As redes de educadores em museus (REMS) no Brasil”. In: SILVA, Aluane de Sá; MORAES WICHERS, Camila A. de. *Arte, museus, acessibilidade: reflexões da Rede de Educadores em Museus*. Lgráfica. Goiânia, 2016, p. 63.

³ Idem.

com derivações do nome original, como a Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso (REMP-MT) e a Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais do Distrito Federal (REMIC-DF).

O presente texto vem ao encontro de produções já realizadas ou em curso que discutem a relação da Educação Museal com a constatação de que as mulheres são maioria no campo, bem como as discussões sobre os feminismos. O texto de Karlla Kamylla Passos dos Santos e Camila Moraes Wichers⁴ tratou sobre as reuniões remotas realizadas durante a pandemia para discussões acerca do campo profissional; essas tiveram uma maioria de mulheres. Além da tese em construção de Karlla Kamylla Passos dos Santos, *Educação Museal e feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*, reflete-se sobre a relação da Educação Museal com os feminismos negros, interseccionais e decoloniais. Entendemos aqui, a partir de Juliana Siqueira, que

(...) a Educação Museal assume a tarefa de promover o reconhecimento, a participação e a incorporação dos modos de produção e preservação do patrimônio, isto é, das práxis de comunicação cultural de uma dada coletividade e suas pedagogias decoloniais.⁵

É em busca dessa premissa que refletimos sobre uma mirada museal feminista, antirracista e decolonial, além de pensar os museus como arquétipo de poder, e passando todas essas análises pelo olhar atual dos 200 anos da Independência do Brasil, que inclusive foi tema da 16^a Primavera de Museus.

Museu, arquétipo de poder

Não há modernidade sem colonialidade,⁶ começamos com essa assertiva de Walter Mignolo. A frase do autor causa, em um primeiro momento, uma sensação única. Ela é capaz de nos transportar para várias reflexões que nos levarão para um lamaçal de

⁴ PASSOS DOS SANTOS, Karlla Kamylla; MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. “Gênero e diferença na Educação Museal brasileira: provocações feministas sobre ausências e assimetrias”. In: *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia / Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Catedra UNESCO “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”. Editores: Judite Primo & Mário Moutinho, 2021.

⁵ SIQUEIRA, Juliana. *A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia: Proposta para uma cartografia de um campo em formação*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Instituto de Educação, 2019, p. 373.

⁶ MIGNOLO, Walter D. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], vol. 32, nº 94, 2017.

questionamentos. Estar nesse local de dúvidas não se torna algo tão simples. Quando temos questionamentos, queremos respostas. E quando não as encontramos? Escrevemos! A escrita é capaz de nos mover, de unir e de criar laços políticos. Porque de tantas coisas que a colonialidade nos tirou, ainda resistimos em manter a escrita. O que também é algo desobediente à norma colonial e elitista da academia que julga que quem deve escrever sobre nós são as pessoas brancas e ricas. Conforme apontado por Giovanna Silveira Santos, “nas produções, as pessoas estão se colocando, narrando a realidade”.⁷ Por isso nos questionamos todas com relação ao direito à escrita, especialmente as pessoas de origem não privilegiada, no que diz respeito à cor, classe, gênero e outros marcadores sociais da diferença.⁸ Como Gloria Anzaldúa questiona: “quem nos deu permissão para praticar o ato da escrita? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar esse ato – esvazio o lixo, atendo o telefone”.⁹

Continuamos porque é preciso falar e gritar por meio de palavras, vírgulas e parágrafos, o ponto final não será o limite. Sempre que “terminamos”, outro corpo atingido com a nossa escrita e reflexão continuará. O que contribui para um movimento de libertação e que nunca irá parar. Diante disso, somos um monumento inquieto! Olhamos para os bens patrimoniais, para os museus, para a Educação Museal, curadorias e suas narrativas e percebemos que o protagonismo da história continua para o homem, branco, heterossexual e burguês.

Ao pensar o bicentenário da Independência, vem imediatamente em nossas mentes a imagem do quadro *Independência ou morte*, de Pedro Américo, no Museu do Ipiranga, que se torna a resultante da representação do processo histórico. Isso se permeia porque fomos ensinadas assim, a acreditar na história pelo viés eurocêntrico. A colonialidade é tão forte que somos convidadas a celebrar a independência de um território que foi usurpado dos povos originários e que chamamos de “nosso”. O poder é semeador e

⁷ SANTOS, Giovanna Silveira. *Contranarrativas periféricas: o Movimento Hip Hop como agente de memórias*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11558>. Acesso em: 03 Set. 2022.

⁸ HIRANO, Luis F. K. “Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias”. In: Luis F. K. Hirano, Maurício Acuña; Bernardo Fonseca Machado (Orgs.). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções* (Coleção Diferenças). Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

⁹ ANZALDUA, Gloria E. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo”. (Trad. Edina de Marco). Cedida pela *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, nº 1, 10. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 229-236 (Revisão de Cláudia de Lima Costa e Simone Pereira Schmidt, 2000/1981).

promotor de memórias e esquecimentos.¹⁰ Segundo Michel Pollack,¹¹ a memória é seletiva. E diante disso, a seleção das memórias construídas para se tornarem nacionais atuam como apagamentos de outras.

Lembrar/esquecer, a dialética da memória nacional e do patrimônio. Evocamos reflexões acerca da pintura de Pedro Américo para pontuar sobre o processo histórico que culmina na América Latina, a colonização. A celebração do bicentenário em todas as instâncias é um paradoxo entre colonialidade e decolonialidade. Mas quem ainda propaga esse discurso do poder e utiliza diversos instrumentos para compactuar com a memória hegemônica? O projeto eurocêntrico, a modernidade que a partir de suas premissas vai adentrar os museus e bens patrimoniais, e ter como discurso a colonialidade do poder. Chamamos a atenção para o fato de que o processo da colonialidade/modernidade produz o agravamento de ambas as hierarquias, a de gênero e a de raça.¹² Diante de tal lamaçal, é possível perceber quais são os corpos que se beneficiam com a independência? Independência para quem? Parece se tratar de uma dependência da colonialidade, do eurocentrismo. Visto que temos “de nos livrar da noção de ‘liberdade de escolha’: uma vez que estamos vivendo dentro da lei ou no interior de uma dada cultura, não há possibilidade de nossa escolha ser inteiramente ‘livre’”.¹³ É também nessa reflexão que trabalha a atual gestão da REM-Goiás que falaremos adiante.

A antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya afirma que os únicos que puderam se beneficiar totalmente da modernidade foram os homens brancos heterossexuais, das classes superiores que monopolizavam as regras do controle moral e o privilégio da honorabilidade.¹⁴ A masculinidade hegemônica¹⁵ está latente nos museus devido ao processo de colonização. A memória do homem, branco, herói, desbravador que grita: “*Independência ou morte!*”. Torna-se então um ser universal e único. Estará em todas as representações culturais e sociais. Para romper esse “neutro”, que na verdade é uma

¹⁰ CHAGAS, Mário. “Memória e poder: dois movimentos”. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em 30 Ago. 2022.

¹¹ POLLACK, Michel. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

¹² SEGATO, Rita Laura. *Crítica à colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021, p. 28.

¹³ SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer* (Tradução e notas Guacira Louro). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 71.

¹⁴ VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade. Experiências internacionais e práticas do poder na nossa América* (Trad. de Allyson de Andrade Perez). Belo Horizonte: Papéis Selvagens, 2018.

¹⁵ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, 21 (1), 2013, p. 242-282.

posição política afirmada, precisamos rever várias questões da nossa sociedade. Dentre elas, a nomenclatura de grupos compostos por pessoas de vários gêneros, sobretudo aqueles de mulheres, em grande maioria. Por isso, questionamos os nomes das redes de educadores (!); ao fazer isso, puxamos um fio para o debate contemporâneo da Educação Museal e da Sociomuseologia. E por meio da Museologia crítica “interrogando o museu, explorando questões relacionadas, nomeadamente, com o binômio poder/conhecimento e os sujeitos implicados na sua representação e produção”.¹⁶

Perspectivas para uma nova mirada museal – feminista, antirracista e decolonial

No mundo moderno ocidental persiste a crença positivista da objetividade científica, que atribui ao conhecimento um caráter de “verdade”. Em vez de ser compreendido como um conhecimento produzido e passível de questionamentos, equívocos e contradições. Temos interesse em um

(...) projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm.¹⁷

Os museus também refletem as relações de poder e hierarquia existentes entre pesquisadoras/es e o público não especializado, o que torna estes espaços dedicados à divulgação e troca de conhecimentos locais com grande responsabilidade social.¹⁸ Não cabe à Educação Museal e aos museus “ciência no militarismo, este sonho ciência/tecnologia da linguagem (...) da comunicação perfeita”.¹⁹ Esse tipo de ciência tende a chegar menos a quem realmente interessa, às pessoas. E é realmente importante que possamos refletir sobre museus e Museologia mais inclusivos, para que a Educação Museal tenha espaço para oferecer aos públicos maiores e melhores discussões no campo. E esse debate é realizado a partir da relação da Educação Museal com a Sociomuseologia.²⁰

¹⁶ SEMEDO, Alice. “Questões de autoridade e educação em museus”. In: *Anais do 3º Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia: o futuro dos museus e os museus do futuro*. (Org. Ana Gonçalves Magalhães). São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2019.

¹⁷ HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* (5), 1995, p. 07-41.

¹⁸ OLIVEIRA, Marina Neiva de. “As narrativas fílmicas sobre grupos do passado e a naturalização de estereótipos de raça e gênero em ações da educação patrimonial”. *Revista de Arqueologia Pública*, vol. 16, nº 1. Campinas/SP, 2021, p. 229-247.

¹⁹ HARAWAY, Donna. Op. cit.

²⁰ SIQUEIRA, Juliana. Op. cit.

Para se pensar os bens culturais é preciso ter em mente que esses não se apresentam como tais de forma pronta aos especialistas, apenas aguardando que eles lhes entreguem o título ou os encaminhem para exposições em museus. Todo patrimônio é um bem eleito e escolhido dentro de um contexto histórico, político e social. E tradicionalmente, apenas quem detém formas de poder está apto a decidir quais memórias são mais importantes que as demais dentro do seu contexto. Essas serão colocadas sob uma categoria de patrimônio protegido, um bem oficial da sociedade que deve ser preservado daquela forma dali em diante.

Essa perspectiva, além de atender à manutenção de determinados interesses, exclui incontáveis outros bens tidos como não tão importantes ou interessantes por aqueles que os elegem. E coloca os patrimônios de fato eleitos sob uma espécie de redoma que pretende a preservação de sua forma. Mas quase se esquece que eles também são fruto e reflexo de movimentos e transformações humanas. Portanto, se faz necessário ampliar a lógica engessada do patrimônio, estas memórias institucionalmente eleitas, para abarcar a noção de uma relação entre pessoas e bens patrimoniais que extrapolam a sua conservação estática no tempo e ousam transformá-los, como discute Márcia Bezerra.²¹ Essa ampliação se dá a partir da Educação Museal, em processos educativos mais inclusivos, representativos e plurais, como estamos buscando através da REM-Goiás, em mudanças que serão detalhadas adiante.

Nesse sentido é importante ressaltar o campo do patrimônio cultural e, portanto, das instituições museológicas, como “campos de batalha, nos quais se percebem a elaboração e a contestação de identidades e memórias coletivas”.²² Estas narrativas elaboradas por meio de representações discursivas e imagéticas podem atuar na manutenção das estruturas hegemônicas de poder. Ou, de preferência, nos termos da antropóloga argentina Rita Segato,²³ na abertura de fissuras que venham a desarticular a colonialidade do poder instituída.

²¹ BEZERRA, Márcia. “‘A moeda dos índios’: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*. Belém, vol. 6, nº 1, 2011, p. 57-70.

²² ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel F. “A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia”. In: TAMASO, Izabela Maria e LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 38.

²³ SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. In: OLIVEIRA, Lennita e BARBOZA, Rose (Orgs.). *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical*. E-Cadernos CES (Online). Coimbra, nº 18, 2012, p. 105-131. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 01 Set. 2022.

Estas disputas de poder no campo patrimonial se fazem especialmente evidentes nas práticas que envolvem bens e memórias da diáspora e dos povos africanos e afrodescendentes, conforme observado por Renata Bittencourt.²⁴ A pesquisadora assinala como o conteúdo de exposições a respeito da diáspora e das culturas de matriz africana acabam por dar enfoque às temáticas de escravidão e exploração do trabalho físico, indicando a maior contribuição da população negra para a construção do “povo brasileiro”, sem abordar contribuições fundamentais na religião, costumes, linguagem, tecnologia e economia (enquanto trabalhadores/as livres). Ao contrário, quando são abordadas, essas temáticas representam uma imagem cristalizada de uma África do passado, ressaltando as características naturais do continente e de seu povo, de forma a mantê-los mais próximos do “selvagem” e natural, e mais distantes do “moderno” e sofisticado, operando na lógica dicotômica de cultura versus natureza. Assim, são expostas peças de vestuário, objetos de fé e instrumentos de tortura das pessoas escravizadas de forma rasa, sem contextualizá-los e sem abordar as transformações culturais produzidas a partir do processo diaspórico pelos herdeiros de tal herança.²⁵ Bem como o seu papel fundamental na nossa formação social e cultural. Tal movimento já foi alertado por Chimamanda Ngozi Adichie²⁶ ao abordar o perigo da história única. E cabe à Educação Museal ouvir outras vozes, que não o masculino neutro e as mulheres brancas que também têm mantido essa história única.

A arqueóloga Barbara Voss traz reflexões sobre o ensino da disciplina arqueológica que, da mesma forma, podem ser aplicadas à Educação no contexto museológico, ao falar sobre ações que:

Incentivem os [as] alunos [as] a pensarem criticamente sobre o vínculo entre eventos passados e lutas políticas atuais; e apoiar e conduzir pesquisas que testemunham não só as injustiças do passado, mas também a forma como as pessoas no passado sobreviveram e transformaram suas situações para tornar a vida melhor para a próxima geração.²⁷

²⁴ BITTENCOURT, Renata. “Desafios da Diversidade: a Diáspora Negra e os museus”. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar e LEMOS, Eneida Braga Rocha de (Orgs.) *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Ibram, 2018, p. 290-297.

²⁵ Idem.

²⁶ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única* (Trad. de Julia Romeu). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²⁷ WICHERS, Camila A. de M.; SCHAAN, Denise; SENE, Glaucia M.; MOURA, Marlene C. Ossami; VIANA, Sibeli A. “Interview with Barbara Voss Gender Issues”. *Habitus*, vol. 16, 2018, p. 187-204. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6536/3613>. Acesso em: 25 Ago. 2022.

Diante disso, no ano de celebração dos duzentos anos da Independência do Brasil, quais foram as perspectivas no campo dos museus e para a Educação Museal decolonial, feminista e antirracista? O que podemos vislumbrar ou prospectar para os próximos duzentos anos? Propomo-nos a rememorar datas marcadas na historiografia brasileira que ocorreram no vigésimo segundo ano de cada um dos últimos séculos. Sendo a primeira, a Independência do Brasil do reino de Portugal, no ano de 1822. Naquela incipiente nação fazia-se necessário a afirmação como território independente e para isto, uma identidade nacional deveria ser firmada.

Segundo a teórica Myrian Sepúlveda,²⁸ os museus, assim como diversas instituições oficiais, têm cumprido um papel fundamental na formação das identidades nacionais. Posto isso, fez-se necessário a criação de museus nacionais brasileiros que comesçassem a desenhar a história do Brasil a partir da sua Independência. E para referendar este conceito foram criados três grandes museus nacionais cujos elementos valorizavam a fauna e flora brasileiras. Como afirma Myrian,²⁹ são eles: o Museu Emilio Goeldi, criado em 1866, em Belém do Pará; o Museu Nacional, instituição criada em 1808, na cidade do Rio de Janeiro; e o Museu Paulista, que foi inaugurado em 07 de setembro de 1895, sendo a data simbólica, pois é a mesma data da Independência do país.

Vale ressaltar que o Museu Nacional,³⁰ antes Museu Real, tinha como sede o Campo de Sant'Anna. Somente após a Proclamação da República em 1889, quando o então imperador foi banido do Brasil, ocorre a transferência do museu para o Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, até então residência da família real. Isso se deu em 1892, logo, é a data que tomamos para o estabelecimento do museu na sede em que se encontra até hoje. Já o Museu Paulista foi reinaugurado aos 127 anos, em 7 de setembro de 2022, após um longo período fechado para restauração.

Em um segundo momento de consolidação da Independência, já no século XX, é inaugurado no Rio de Janeiro o Museu Histórico Nacional (MHN), em outubro de 1922. Segundo informações dos *Anais do Museu Histórico Nacional*,³¹ este foi criado dentro das comemorações do Centenário da Independência. Surgiu com o objetivo de preservar e divulgar a memória nacional, reforçando os feitos dos grandes heróis da nação e a

²⁸ SEPÚLVEDA, Myrian. “Museu Afrodigital: políticas culturais, identidade afro-brasileira e novas tecnologias”. In: *Museus afrodigitais e política patrimonial*. São Luís/MA: EDUFMA, 2012, p. 21-48.

²⁹ Idem.

³⁰ PIRES, Débora de Oliveira (Org.). *200 anos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, 2017.

³¹ MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1 (1940). Rio de Janeiro: O Museu, vol. 27, 1995.

identidade nacional. Diante disso, no contexto expográfico evidencia-se qual era o sentido que estava sendo criado e transmitido no museu. Esta representação de nação associada à ideia de civilização retomava o tema das raças, restringindo-se eminentemente aos brancos. Os “outros” eram, no plano interno, índios e negros, excluídos do processo por não serem civilizados, segundo informações contidas nos *Anais*.³²

Na exposição de longa duração, no tocante aos povos afro-diaspóricos, os elementos que remetem a eles são os instrumentos de tortura que eram infligidas aos negros escravizados, reduzindo-os apenas à ideia de dor e sevícia. Para amenizar tal situação, ao lado deste contexto expográfico, colocou-se uma televisão onde notícias atuais sobre a realidade da população negra são transmitidas, como por exemplo, “Chacina da Candelária: 16 anos depois”. A intenção era provocar a reflexão no espectador para que ele possa fazer a correlação entre os períodos que separam esses elementos e depreender que, mesmo após cem anos da abolição da escravidão, pouco mudou na realidade da população negra brasileira. Esta foi a forma reflexiva que o museu propôs para inserir no seu ideário de nação, o “outro”, o povo afro-brasileiro.

Em uma ação mais recente de atualização, criou-se a exposição *Brasil decolonial: outras histórias*, um conjunto de dezessete intervenções no circuito de longa duração do Museu Histórico Nacional, sobre temas e objetos relativos à diáspora africana na história do Brasil. Esse trabalho foi relatado no documentário *Decolonizar: um verbo, uma atitude*,³³ mostrando que fora necessário ressignificar o que estava exposto e escrito na exposição de longa duração do museu. Como é citado no documentário, foi necessário reconhecer sujeitos onde só se enxergava objetos, e, assim, foram validadas as autorias do protagonismo negro, tal como a do pintor Leandro Joaquim e suas telas ovais. Esse movimento de decolonizar realizado pelo MHN, com as intervenções na exposição de longa duração, é de extrema importância. Sinaliza uma preocupação em ressignificar práticas eurocêntricas já ultrapassadas, que silenciam e apagam as memórias dos povos originários e afro-diaspóricos.

E o que se espera para a nova celebração do bicentenário da Independência? Qual a sua visão para os próximos anos? A mirada para o século XXI nos proporcionou alguns

³² Idem.

³³ *Decolonizar: um verbo, uma atitude*. Direção de Isabel Palmeira. Produção: Numem/Unirio. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZVhQevYSY9Y&t=6s>. Acesso em: 14 Set. 2022.

tímidos avanços na representação negra em museus, que apesar de módicos merecem destaque. Para o museólogo Marcelo da Cunha,

Museus e exposições têm servido, ao longo do tempo, como veículos de afirmação de discursos para dominação, como centros produtores e difusores de ideias através de textos, objetos e imagens, selecionados, clivados e preservados, na medida dos interesses de grupos detentores do poder de afirmação e manutenção de referenciais patrimoniais oficiais. Iniciativas diferenciadas têm sido desenvolvidas já há algumas décadas, provocando novas perspectivas de seleção, preservação e exibição de traços culturais desprezados, trazendo à cena novas narrativas e atores sociais, até então relegados a segundo plano nos *teatros* de memórias. Tendo surgido diversificação de tipologias institucionais e formas de realizar exposições, tem aberto brechas para introdução de conteúdos antes impensáveis como passíveis de preservação e exposição.³⁴

Nos últimos anos, novas perspectivas vêm sendo exploradas na representação negra em museus. Caso, por exemplo, da inauguração de instituições museológicas como o Museu Afro Brasil, em 2004, em que o subalterno, contrariando o que enuncia a teórica indiana Spivak (1985),³⁵ pôde falar por si. É preciso trazer para esses museus a perspectiva afro-diaspórica, idealizado por e para uma população negra — “o outro” não civilizado, segundo a visão contida na gênese do Museu Histórico Nacional. Conceber o povo africano e afrodescendente como elemento fundante desta nação, por vieses que diferem completamente do comumente apresentado. É importante sublevar essas contribuições na cultura, na culinária, nas artes, na pintura, na música, na dança, nas ciências, na engenharia, na religiosidade, bem como os notáveis resistentes, os expoentes atuais.

Em julho de 2022, tivemos a inauguração do Museu das Culturas Indígenas (MCI), na cidade de São Paulo, gerido pelos povos originários, por meio do Conselho Indígena Aty Mirim. Ainda que já tivéssemos o Museu do Índio, fundado pelo antropólogo Darcy Ribeiro em 1953, cujo objetivo era a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos originários, ter uma representação, uma curadoria e uma gestão indígena faz com que este “outro não civilizado” se apresente e fale por si. Além disso, é importante lembrar que o Museu do Índio foi inaugurado por uma pessoa não originária, e, portanto, sob uma perspectiva não indígena.

³⁴ CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. *Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições*. Tese de doutorado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, p. 239.

³⁵ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* (Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

O Museu das Culturas Indígenas surge com a proposta do protagonismo dos povos originários, sublevando as multiplicidades de etnias indígenas, cujas cosmovisões diferem completamente das do Ocidente. Como aponta o museu, o MCI “é um espaço de diálogo intercultural, de pluralidade, encontros entre povos indígenas e não indígenas, onde a memória da ancestralidade permitirá aos diversos povos originários compartilharem suas mensagens, ideias, filosofias, músicas, artes e história”.³⁶

Um exemplo de como a educação museal e a expografia — juntas na comunicação da cadeia operatória museológica³⁷ — podem atuar na inclusão dessas cosmovisões é a exposição virtual *Os céus dos povos originários*. A mostra do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) foi criada a partir de uma ausência dos povos originários na exposição *O céu que nos conecta*.³⁸

Estes novos ventos das insurgências e desobediências epistêmicas de 2022 trazem também a reabertura do Museu da Diversidade Sexual (MDS). Criado em 2012, é o primeiro equipamento da América Latina relacionado à memória e aos estudos da diversidade sexual. Segundo informações do site do museu,³⁹ ele se estrutura como instituição destinada à memória, à arte, à cultura, ao acolhimento, à valorização da vida, ao agenciamento e ao desenvolvimento de pesquisas envolvendo a comunidade LGBTQIAP+, contemplando a diversidade de siglas que constroem hoje o MDS e seu reconhecimento pela sociedade brasileira. Trata-se de um museu que nasce e vive a partir do diálogo com movimentos sociais LGBTQIAP+, e que se propõe a discutir a diversidade sexual — tendo, em sua trajetória, a luta pela dignidade humana —, bem como promover direitos, atuando como um aparelho cultural para fins de transformação social. À vista disso, é premente que este espaço museal esteja de portas abertas para que continue sendo instrumento de acolhida e luta para o enfrentamento dos que não querem permitir que este espaço e a população LGBTQIAP+ possam existir.

³⁶ Excerto retirado do site do museu. Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br/>. Acesso em: 14 Set. 2022.

³⁷ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar”. Lisboa: *Cadernos de Sociomuseologia* n° 9, 1996.

³⁸ FLÓRIO, Vitória; PASSOS DOS SANTOS, Karlla K.; DAHAN MARTINS, Alanna. “Exposição virtual *O céu que nos conecta: o público infanto-juvenil ocupa o Museu de Ciências*”. *Revista Docência e Cibercultura*, 6(4), p. 120–151, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2022.64444>.

³⁹ Disponível em: <https://museudadiversidadesexual.org.br/>. Acesso em: 14 Nov. 2022.

Usando os recursos da língua portuguesa para romper e ressignificar

Realizada essa reflexão sobre os museus e sobre a educação museal nesse cenário de poder e eurocentrismo, estamos buscando romper com essa lógica. Em 2020, em seu primeiro decênio, a REM-Goiás teve uma nova gestão eleita: “Museus e (re) existências”: Coordenação Geral: Isac Sousa; Secretaria Geral: Janice Matteucci; Coordenação de Comunicação: Gabriela Neres; Coordenação de Estudos e Articulação: Giovanna Silveira Santos e Natália Dutra; com Darlen Rodrigues enquanto articuladora da REM-Goiás e graduação em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG). A gestão iniciou normalmente suas atividades promovendo encontros, debates e o seminário anual, até o final da gestão ser atravessado pela pandemia da Covid-19 e seu consequente isolamento social.

Com essa brusca mudança, há uma passagem forçada das atividades para o sistema remoto. Com pouca orientação em adaptação dos meios, mas muito comprometimento coletivo, o desafio foi encarado com uma série de *lives* no projeto “Senta que lá vem memória”. Foram amplas discussões contemporâneas e também em comemoração aos dez anos da rede. A gestão encerrou com a realização, de forma exitosa, a exposição *Entre laços e afetos*, registrando e compartilhando atividades ao longo da existência da REM-Goiás.

Após o encerramento, houve a convocação de novas eleições, ainda por via remota, e através de um formulário online, passando pela etapa de inscrição de membros e posterior votação, como indicado pelo estatuto. A nova chapa “Pluralizando Narrativas” foi formada por algumas integrantes da gestão anterior e por novas pessoas que se dispuseram a encabeçar as atividades, já inteiramente em meios digitais. Deparamo-nos neste momento com a seguinte formação eleita: Coordenação Geral: Natália Dutra; Coordenação de Comunicação: Gabriela Neres; Secretaria Geral: Rossana Klipel; Coordenação de Estudos e Articulação: Tatjana Del Castillo e Suplência: Giovanna Silveira Santos e Milena de Souza.

Iniciamos as ações da gestão com as oficinas do projeto “(REM)ota: potências e diálogos à distância” (contemplado com recursos da Lei Aldir Blanc), com discussões conceituais em *lives*, oficinas e usos dos equipamentos digitais e redes sociais. A gestão estava muito pautada em expandir as narrativas e, conseqüentemente, a própria REM-Goiás.

A formação completamente feminina da gestão, com cada participante sendo atravessada por identidades e marcadores outros, influenciou no debate sobre os temas

que pareceram importantes de serem incorporados e destacados nas atividades da gestão. A própria organização no formato de cargos foi provocada pela gestão, que não se utilizou da premissa hierárquica para atuar, preferindo incorporar todas as integrantes de forma horizontal. Entre alguns incômodos que surgiram, foi questionado de maneira marcante que um espaço de trabalho — não remunerado — composto apenas por mulheres fosse nomeado no masculino. Educadores? Não éramos todas Educadoras? Partimos de nossas leituras de autoras feministas como Grada Kilomba⁴⁰ e Camila Moraes Wichers,⁴¹ entre outras. Sendo todas nós participantes envolvidas academicamente com pesquisas que perpassam o tema de gênero, a questão da linguagem nos afeta especialmente e buscamos, através de diálogos e leituras, uma solução de nomeação que fosse inclusiva ao máximo, uma vez que a maioria das coordenadoras da REM-Goiás são mulheres, como já apontava Camila Moraes Wichers.⁴²

Fomos tocadas pela flexão de gênero, ou não binária, na busca pela não especificação de gênero entre masculino e feminino na fala e escrita. A tentativa de flexão já se utilizou de caracteres como “@” ou “x”, mas, compreendendo que essa linguagem também acarreta exclusão, principalmente de pessoas com dislexia e/ou que utilizem leitores de tela de inteligência artificial, o mais comum é o uso de “e” ou “u”. De acordo com Grada Kilomba,⁴³ a língua também é uma forma de opressão.

Realizamos uma reunião extraordinária como ponto de partida para o debate sobre a mudança de nome da rede, pensando em proporcionar um ambiente acolhedor, de maneira ampla e respeitosa, procurando compreender como essa proposição ecoava entre as pessoas que a integram. Dentre algumas possibilidades, surgiram as seguintes propostas de nomes: Rede de Educadoras em Museus; Rede de Pessoas Educadoras em Museus; Rede de Profissionais em Educação em Museus; Rede de Educadorus em Museus; e Rede de Educação em Museus.

Nessa lógica, a renomeação do coletivo resultaria em “Rede de *Educadorus* em Museus”. Apesar de ser uma solução que nos satisfazia particularmente, consideramos a partir daí outra questão: o quanto esta nomenclatura afastaria determinada parcela de

⁴⁰ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (Trad. de Jess Oliveira). Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

⁴¹ MORAES WICHERS, Camila A. de. “Museologia, feminismos e suas ondas de renovação”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 7, nº 13, 2018.

⁴² MORAES WICHERS, Camila A. “Redes e tramas: acerca da relação entre educação, museus e extensão universitária”. In: SILVA, Aluane de Sá; MORAES WICHERS, Camila A. de. *Arte, museus, acessibilidade: reflexões da Rede de Educadores em Museus*. Goiânia: LL Gráfica e Editora, 2016.

⁴³ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (Trad. de Jess Oliveira). Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

públicos e profissionais da educação museal? Poderia causar confusão e desentendimento em um ambiente no qual buscamos agregar debates e novas formas de compreender aquele espaço? Em busca de inspiração, nos deparamos com uma ausência de exemplos na arena da educação museal, e assim nos colocamos como a primeira REM a propor e efetuar a alteração do nome. Percebemos que falta à educação museal no Brasil “aceitar a possibilidade de emergência de outras centralidades – como, por exemplo, africanas, indígenas, feministas, LGBTQs, operárias, camponesas, ribeirinhas, etc”.⁴⁴ E muitas vezes falta à Museologia e aos museus também. Cabe à educação museal se entrelaçar à sociomuseologia e se confrontar com os fluxos migratórios, com as lutas pela equidade de gênero e com as demandas pela igualdade racial e étnica, entre outras questões, tal como refletiu Judite Primo.⁴⁵

Nesse sentido, pensamos em novas formas de linguagem, sem necessariamente alterar a sigla. O processo foi se fortalecendo durante o encaminhamento da gestão e, entre várias conversas, encontramos em “Rede de Pessoas Educadoras em Museus” a forma mais abrangente que pudemos vislumbrar incluir sem excluir. Vale apontar que a sigla não sofreu alteração, permanecendo como REM-Goiás. O novo nome foi colocado em votação na assembleia realizada durante o XII Seminário REM-Goiás: narrativas e contranarrativas plurais, e aprovado por unanimidade, em 2021. Esse feito encerrou, de forma potente a gestão 2020-2021, que nesta altura contava com as integrantes Gabriela Neres, Giovanna Silveira Santos, Milena de Souza e Natália Dutra Costa.

É nessa memória do poder que a educação museal precisa intervir, para que atue como um instrumento da decolonialidade. Juliana Siqueira aponta a necessidade de se fazer na educação “um exercício crítico (...) distingui-la da mera ‘educação em museus’, situando-a no terreno das museologias participativas ou sociais”.⁴⁶ Para pensar em museu como arquétipo de poder, refletimos sobre como a narrativa que está ali produz um discurso que se torna uma falácia e uma opressão social. E que, partindo desse discurso, o museu acolha corpos específicos. Quais corpos os museus comportam? Quais corpos os museus suportam? A colonialidade emerge aqui como força de exclusão: na psicanálise, na historiografia, na antropologia, na museologia – na educação museal, e na

⁴⁴ SIQUEIRA, Juliana. *A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Educação e Administração. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2019, p. 121.

⁴⁵ PRIMO, Judite. “Os desafios contemporâneos na investigação em Sociomuseologia”. *Cadernos de Sociomuseologia*. vol. 58, nº 14, 2019.

⁴⁶ SIQUEIRA, Juliana. Op. cit., p. 121.

vida familiar. A colonialidade emerge aqui como perturbação e patologia.⁴⁷ Também é relevante incluir as reflexões sobre a educação patrimonial decolonial feitas por Átila Tolentino, visto que todos os conceitos/teorias da Educação devem ser ativados para a desconstrução da normativa vigente:

(...) que parta da diferença e da interculturalidade precisa ser aguerridamente defendida. Não é possível mais se admitir que práticas de patrimonialização mantenham e reproduzam a colonialidade do poder e que as práticas educativas reencarnem e sejam reprodutoras da colonialidade do saber e do ser. Nestes tempos em que avançam políticas neoliberais e que ondas conservadoras em todos os ambientes sociais se avolumam, é premente debatermos, pensarmos, agirmos e resistirmos por uma Educação Patrimonial decolonial e pós-abissal, como um projeto político, ético e social.⁴⁸

Contudo, atônitas, reflitamos: como podemos defender uma história, um patrimônio, um museu que nos oprime e oprime tantos outros corpos? Para isso precisamos decolonizar a história e a memória. Nesse sentido, a gestão atual da REM-Goiás (2021/2022) busca refletir sobre “Quais corpos os museus comportam?” dentre pessoas negras, LGBT+s, indígenas, pessoas com deficiência, pobres, pessoas de sexualidades e gênero fluidos, e outros marcadores que as excluem desses e outros espaços de cultura e poder.

A gestão é composta por Coordenação Geral: Leonardo Tavares; Secretaria Geral: Elismar Jesus; Coordenação de Comunicação: Wynne Borges; Coordenação de Estudos e Articulação: Marina Neiva. Além de Karlla Kamylla Passos dos Santos, que é a articuladora da REM-Goiás com o bacharelado em Museologia da FCS/UFG, e de Yan Megaron no apoio. Cabe sublinhar que praticamente todas as pessoas da gestão tem gênero e sexualidade fluida, e ainda é diversa entre pessoas negras e brancas. Como texto de apresentação dessa discussão, a rede publicou em sua página no Instagram:

Essa gestão está interessada em proporcionar reflexões críticas a partir da educação museal, sobre os corpos que os museus comportam. Quais são eles? Que lugares ocupam? Como eles são representados? Percebemos que, enquanto homens brancos, colonizadores e membros das elites econômicas costumam ser representados por seus "feitos" e conquistas, não é raro ver representações de pessoas negras, reduzidas a objetos de tortura da época escravagista, a uma memória de dor. Artefatos indígenas mal cuidados e relegados a pequenos espaços inadequados debaixo de escadas. Mulheres limitadas ao serviço do lar, da submissão e da religião. Pessoas

⁴⁷ SEGATO, Rita Laura. *Crítica à colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021, p. 34.

⁴⁸ TOLENTINO, Átila Bezerra. “Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal”. *Sillogés*, vol. 1, nº 1, 2018, p. 58.

com deficiência são reduzidas a rampas de acesso e banheiros adaptados, quando estes ainda existem. Qual o gênero e a sexualidade de quem é retratado e de quem visita os museus brasileiros, e sobretudo goianos? Quais são as memórias divergentes que os museus apresentam, complexificam e expõem? É um pouco disso que queremos falar! E como uma Rede de Pessoas Educadoras em Museus de Goiás pretendemos repensar a normatividade no campo patrimonial. Vem com a gente! Estamos abertos a sugestões, colaborações e críticas para realizarmos uma gestão compartilhada entre universidade, museus, escolas e sociedade em geral.⁴⁹

Com isso, buscamos atuar nas fissuras da colonialidade para que estas se abram cada vez mais para museus e práticas educativas mais interseccionais e decoloniais. Abraçando todas as pessoas, sem exclusões.

Considerações finais

Tal como propôs o pensador Walter D. Mignolo,⁵⁰ para solucionar o problema da colonialidade dos museus é preciso que esses entrem em um espírito de desobediência epistêmica e estética, desfazendo o que praticaram na história moderna/imperial: aprender a desaprender e a fazer os museus atuarem na descolonização do ser e do conhecimento. Desta maneira teremos uma nova mirada e talvez comemoremos o próximo centenário da independência da nação. Os educativos são o núcleo da mudança, a principal relação com os públicos, e é por meio deles que podemos atuar de maneira desobediente, no sentido de romper com a norma colonial vigente.

A educação museal decolonial, precisa, urgentemente, adentrar os museus, intervir, desconstruir narrativas históricas hegemônicas e opressivas, e, conseqüentemente, construir narrativas onde os corpos subalternizados venham a ser protagonistas. Os próximos passos da REM-Goiás consistem em organizar um encontro, ainda nessa gestão, para refletir os museus e os patrimônios, junto de uma pesquisadora trans, ainda sem confirmação. E organizar um seminário que trate dos marcadores sociais da diferença que operam a exclusão nos corpos dissidentes.

Com a alteração de nome, esperamos ter conseguido pluralizar um pouco mais as narrativas da rede, fazendo com que as pessoas, especialmente as socialmente marginalizadas, pudessem se sentir acolhidas e convidadas a participar. Além de incentivar as demais redes espalhadas pelo Brasil a iniciarem esse debate em suas

⁴⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ccym7mQJWPg/>. Acesso em: 12 Set. 2022.

⁵⁰ MIGNOLO, Walter D. "Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], vol. 32, nº 94, 2017.

localidades. Pois é trabalhando nas fissuras que vamos rompendo, aos poucos, a lógica colonial.